



Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

BNCC: desafios e possibilidades na formação inicial de professores

BNCC: challenges and possibilities in initial teacher education

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na formação inicial de professores. As discussões em torno da BNCC têm gerado grandes repercussões no cenário brasileiro, desde as mudanças estruturais da educação básica, a ausência de diálogos no processo de construção e implementação. Nesse sentido, questionamos: quais os desafios e as possibilidades acerca da BNCC na formação inicial de professores? No intuito de abordar essas problemáticas elencadas, utilizamos a abordagem de pesquisa qualitativa e como instrumento para coleta de dados, a entrevista semiestruturada. Os resultados apontaram tentativas de produções curriculares de recriar uma ação que não seja apenas receptora de uma política pensada fora de sua realidade, mas que seja uma ação pautada na perspectiva

de transcender e de trazer essas políticas para um diálogo com os contextos situados.

Palavras-chave: BNCC, Políticas educacionais, Formação inicial de professores.

Abstract

This article aims to analyze the challenges and possibilities about the National Common Curriculum Base (BNCC) in initial teacher education. The discussions around the BNCC have generated great repercussions in the Brazilian scenario, from the structural changes of basic education, to the absence of dialogues in the construction and implementation process. In this sense, we question: what are the challenges and possibilities about the BNCC in initial teacher training? In order to address these issues, we used the qualitative research





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

approach and as an instrument for data collection, the semi-structured interview. The results pointed to attempts by curricular productions to recreate an action that is not only a recipient of a policy thought outside its

reality, but that is an action based on the perspective of transcending and bringing these policies into a dialog with the situated contexts.
Keywords: BNCC, Educational policies, Initial teacher training.

INTRODUÇÃO

No Brasil, passamos por um período de construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que teve início em 2015. Depois da primeira publicação do projeto e da abertura para as contribuições da sociedade, houve vários debates e muitas críticas à forma como o documento estava organizado e previsto. Após tantas discussões, em 2017, foi promulgada a BNCC, que começou a ser implementada no ano de 2019, com a perspectiva de orientação curricular de âmbito nacional, para a educação básica, que contempla todas as instâncias, tanto as públicas quanto as privadas.

A organização da BNCC é pautada em uma proposta de padronização dos currículos escolares, com conteúdos definidos, competências e habilidades traçadas para cada área. Além do que se refere à formação de professores, voltamos à ideia de trabalhar também por





Adriège Rodrigues
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Anne Karoline Cantalice Sena
André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

competências como no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995 – 2003) — pois, segundo a BNCC, o professor deve estar atento às habilidades do século vigente. Isso, para Apple (2003, p.80), estaria dentro da ideia do neoliberalismo, porquanto “os objetivos da educação são os mesmos daqueles que orientam seus objetivos econômicos e de bem-estar social”.

A proposta da BNCC ganhou mais força depois do impeachment da então Presidente Dilma Rosseuf, em 2016. A discussão havia sido iniciada no governo da ex-Presidente, mas se legitimou no então governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia. Depois de assumir a Presidência, Michel Temer teve um grande índice de reprovação, devido às medidas impopulares que tomou e às polêmicas que provocaram a queda de diversos ministros envolvidos em corrupção. Dentre as polêmicas instaladas no governo, destacamos a reforma da Previdência, que propõe regras rígidas para a aposentadoria de milhares de pessoas em todo o país, a PEC 241/55 – Proposta de Emenda Constitucional do Teto dos gastos, com a ideia de “frear” a trajetória de gastos públicos e equilibrar as contas públicas. Na educação, afetou diretamente o pouco investimento que havia sido feito.

No entanto, todas essas repercussões negativas ao governo, não trouxeram alterações, a terceira versão da BNCC foi aprovada e direcionada para a implementação, essa nova





Adriège Rodrigues
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Anne Karoline Cantalice Sena
André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

versão ganhou uma roupagem totalmente neoliberal que coloca os sujeitos como empreendedores de si.

É nesse sentido que buscamos dialogar nesse trabalho, problematizando e trazendo elementos que são necessários para refletir essa política curricular, da BNCC, na formação de estudantes licenciandos do ensino superior a partir dos relatos feitos pelos professores e estudantes do curso de licenciatura em pedagogia de uma Universidade Federal na Paraíba.

Afinal, a formação de professores vem sendo alvo de grandes debates nos últimos anos e voltou ao centro das preocupações políticas educacionais e sociais. Essa preocupação deriva das transformações e dos avanços das políticas educacionais brasileiras do século XXI, além da própria formação docente, com novos requisitos, direcionamentos, entre outros, tendo em vista que a população anseia cada vez mais por uma escola que desenvolva um trabalho que proporcione uma educação efetiva em benefício de todos.

Desse modo, ao considerar a atual política curricular da BNCC, questionamos: quais os desafios e as possibilidades acerca da BNCC na formação inicial de professores? Temos como objetivo analisar os desafios e as possibilidades acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na formação inicial de professores. Com isso, iremos discutir sobre as políticas educacionais na perspectiva da formação de professores, apontando os documentos





Adriège Rodrigues
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Anne Karoline Cantalice Sena
André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

legais que orientam essa formação; em seguida apresentar elementos que direcionam as mudanças nos cursos de formação inicial de professores partindo da proposta da BNCC; por fim, apresentar os discursos e significações em torno da BNCC, de acordo com os entrevistados desta pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para dar conta da análise, adota-se de uma abordagem qualitativa que para Richardson (2012, p. 90) é a “[...] tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas”. Para Deslandes e Gomes (2004, p.104) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Sendo assim, “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Esta pesquisa inicia-se com a pesquisa bibliográfica que está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Nesse sentido, é por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador se debruça sobre obras já publicadas que sejam relevantes para o seu objeto, que delimita a parte inicial do estudo. Além disso, auxilia desde o início, pois colabora com o desenvolvimento da pesquisa e o método adequado. A pesquisa bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2003, p. 182), “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

No mais, como instrumento para coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada, cujo objetivo, segundo Martins (2008, p. 27) é de “entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas supervisões e conjecturas do pesquisador”.





Adriège Rodrigues
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Anne Karoline Cantalice Sena
André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

É um processo que exige muito do pesquisador, inclusive muito cuidado para não influenciar, de alguma forma, o entrevistado, razão por que exige habilidade.

A pesquisa foi realizada em uma Universidade Federal da Paraíba, contamos com a participação de 8 professores e 8 estudantes do curso de pedagogia, cujos nomes não serão citados ao longo do texto, assim como, o campus em que a pesquisa foi realizada, por questões éticas e para não identificar os participantes que se dispuseram a contribuir com esta pesquisa, portanto, seus nomes verdadeiros serão substituídos por pseudônimos.

DISCURSÕES ACERCA DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Nesta seção, as discussões giram em torno das reformas políticas do setor educacional e a formação inicial de professores. Propusemo-nos a fazer uma reflexão partindo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB) e do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Salientamos que o entendimento de formação que pauta esta pesquisa parte da compreensão de inacabado, incompleto e da constante necessidade de informação desse profissional da educação, tanto no que se refere à teoria quanto à prática, nesse sentido,





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

corroboramos com a análise de Almeida, Silva e Lins (2015, p.647) de que “não há teoria que seja conclusiva e que se baste a si mesma, da mesma forma que não há prática que esteja acabada ou pronta”.

Compreendemos que esta formação inicial permite a convergência entre “os campos de formação e de atuação para fomentar diálogos teórico-práticos em torno dos problemas que se enfrentam e das soluções que se podem tecer na vivência simultânea da formação e da atuação profissional” (ALMEIDA; SILVA; LINS, 2015, p. 648).

Além disso, os debates educacionais, a partir do século XXI, enfatizam a formação de professores para que possam exercer uma prática efetiva e em constate construção para atender, com mais vigor, às especificidades da sociedade vigente, tendo em vista as demandas das reformas de ensino que trazem uma nova perspectiva, que contempla uma diversidade de temas cada vez mais atuais. Para isso, os cursos superiores de formação devem oferecer meios de diálogos e reflexões sobre essas vastas reformulações para compreender o que são e o que podem acarretar na própria construção profissional.

É importante destacar que foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, que oficializou as reformas educativas no país que se manifestavam à época, sobretudo diante do contexto de reabertura democrática. Em seguida, “nessa conjuntura, o ensino se voltou





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

para atender aos PCNs e aos processos externos de avaliação como forma de controlar os sistemas de ensino e de garantir por parte desses, habilidade e competência” (LIMA, 2015, p.26). Com todas essas influências, esperavam-se resultados e se passou a investir na formação de professores com foco na aquisição de competências, tendo em vista que “os/as professores/as passam a ser vistos como auxiliares, como agentes de mudança, contribuindo para a implementação das propostas requeridas pelas reformas” (LIMA, 2015, p. 14).

Destacamos também o Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001-2010 (Lei nº 10.172), aprovado em 2001, que aponta como responsabilidade das universidades a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, tanto na formação inicial como na continuada dos profissionais da educação, para que estabeleça a relação entre a teoria e a prática e promova uma educação efetiva e com mais preparo, instituindo que, “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (Meta 23, PNE, 2001).

No âmbito da formação de professores, os cursos exercem uma função primordial na formação teórica e metodológica desses docentes, por isso é importante que sejam ofertadas formações de boa qualidade, que possibilitem uma atuação efetiva desses professores na escola de educação básica.





Adriège Rodrigues
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Anne Karoline Cantalice Sena
André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

A formação inicial do professor compõe parte do desenvolvimento profissional (MACENHAN, TOZETTO E BRANDT, 2016, p. 510). Nesse caso, a formação inicial é uma peça fundamental em sua constituição. A LDB atual apresenta aos profissionais, mais precisamente, no Art. 61, III, que a formação deve perpassar no curso conteúdos pedagógicos, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. Esses cursos de formação inicial para professores contribuirão para o desenvolvimento da sociedade de maneira eficaz e significativa a partir do momento em que “superar o problema da marginalidade na medida em que formar indivíduos eficientes, portanto, capazes de darem sua parcela de contribuição para o aumento da produtividade da sociedade” (SANTOS E GASPARIN, 2011. p. 353).

Nesse sentido, a formação de professores deve criar condições para que eles vivenciem experiências que dialoguem com a realidade que irão encontrar em sala de aula, que mobilize sua autonomia para construir o espaço profissional. Assim, é necessário que haja essa relação entre a teoria e a prática, pois a “formação não se limita, nem se constitui, unicamente, pela dinâmica de acumulação de teorias e de práticas” (ALMEIDA; SILVA; LINS, 2015, p. 648). É nesses espaços de experiências significativas em que se cria a possibilidade de diálogo que constitui esse profissional. Portanto, “é necessário que a formação se constitua em processos nos quais sejam estabelecidas, constantemente, relações entre o cotidiano das





Adriege Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

IES e das escolas” (ALMEIDA; SILVA; LINS, 2015, p. 649). Desse modo, é importante considerar as discussões em torno da BNCC, pois é a política atual que está orientando os currículos das escolas brasileiras.

EFEITOS DA BNCC NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: DISCURSOS E SIGNIFICAÇÕES

A BNCC impacta diretamente a gestão da sala de aula, em todos os níveis da educação básica e dos Cursos de Licenciatura. De acordo com Souza (2018, p. 76), em uma análise da BNCC, “os PPPs sofrerão uma redução do seu papel como espaço de autonomia das escolas em relação à construção do seu currículo na medida em que a base curricular será a própria Base (objetivos/conteúdos de aprendizagem)”. Então, cabe ao professor reformular e redirecionar as atividades pedagógicas para responder e atender às necessidades dos seus estudantes.

De acordo com o MEC, o principal objetivo da BNCC é de orientar para que se use uma linguagem comum sobre o que se espera da formação de professores. Isso implica rever





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

as diretrizes dos cursos de licenciatura para que foquem nas práticas a serem desenvolvidas em sala de aula e estejam alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (MEC, 2017).

A instauração das novas diretrizes normativas da BNCC na Educação Básica implicará precisamente a reorganização do Ensino Superior para poder formar profissionais embasados em todos os requisitos exigidos pela Base para formação escolar, especialmente no que se refere aos cursos de licenciatura plena, fazendo necessária a atualização de conceitos e práticas formativas relativas à atuação docente e gestora em escolas brasileiras. (SANTOS E SILVA, 2019, p. 5).

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) afirma que a BNCC é um documento inspirado em experiências de centralização curricular e o compara com o modelo “Common Core Americano”, um currículo desenvolvido na Austrália, e a reforma curricular chilena, essa política é uma espécie de “base nacional comum” com direcionamento para um núcleo de standards em leitura e matemática. Essas experiências são criticadas por diversos estudiosos.

A BNCC direciona a construção curricular composta por uma série de mudanças que são sugeridas, com orientações específicas para cada nível da educação básica, que abrangem os sistemas de ensino municipais e estaduais e o ensino particular de todo o Brasil.





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

Isso alterará tanto o currículo dos cursos superiores de ensino quanto os métodos avaliativos, os livros e os PPPs das escolas. Nos Cursos de Pedagogia, haverá mudanças, e o desafio do professor será de colocar em prática as propostas previstas no documento da BNCC e trazê-la para a realidade que está inserida.

De acordo com o documento, os principais desafios do professor serão de desenvolver as competências por meio do currículo e garantir direitos de aprendizagem, além de colocar em prática pedagogias diferenciadas.

Para isso, é necessário compreender essas políticas que chegam às escolas, porquanto o professor não pode ser leigo e precisa saber em que essa política vai resultar e quais direcionamentos serão necessários para modificar sua prática.

Para que as aprendizagens sejam atingidas da melhor maneira, a categoria docente precisa apresentar uma perspectiva contextualizada e compreender toda essa estrutura política, o que exige qualificação profissional. De acordo com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Brasileira de Currículo (ABDC) (ANPEd, 2015, p.1), existem quatro objetivos de formação que articulam a BNCC que direciona a formação de professores, sendo eles “competência, qualificação profissional, empregabilidade e avaliação de desempenho”. Desrespeitando a singularidade existente em





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

cada um, à “padronização e eliminação da diferença ou do diferente em seus direitos à singularidade”.

Portanto, as críticas que tecemos ao documento vêm justamente dessa ideia de homogeneizar, com um currículo totalmente neoliberal e uma formação humana desrespeitosa, que desconsidera o sujeito e sua localidade, visto que “a tendência proposta para a formação humana (que) é a modelização, a homogeneização por meio da acentuação dos processos de administração centralizada” (ANPED, 2015, p.2).

Diante das construções teóricas anteriormente mencionadas, nesta seção, dialogamos, com base na compreensão de acadêmicos e de professores, sobre formação inicial e sobre a relação das políticas educacionais com a formação inicial de professores que vem sendo ofertada no Curso de Pedagogia de uma Universidade Federal na Paraíba.

A ideia de profissionalização que cerca essa formação inicial e que pauta nosso trabalho é a de um profissional que tenha conhecimentos sobre as políticas que estão direcionadas à educação e que sejam capazes de avaliar e ressignificar seu contexto de atuação.

Neste caso específico, estamos direcionando essa política educacional - a BNCC - e entendemos que “o currículo vivido é a corporificação do currículo pensado e proposto e que,





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

por isso, sua natureza é ainda mais dinâmica e os significados atribuídos às políticas curriculares são ainda circulares e não fixos” (ALMEIDA; SILVA; LINS, 2015, p.654), portanto, é necessário considerar os aspectos culturais e sociais. Contudo, isso requer muito do professor, que precisa estar atento a essas demandas e ao enfrentamento de alguns desafios, como vivenciar essas políticas no contexto de atuação.

No que diz respeito à vivência com as políticas, Ball (2016, p. 73) enuncia que “a linguagem da política é traduzida para a linguagem da prática, as palavras para ações, abstrações para processos interpretativos”, que diz respeito à forma como essas políticas são traduzidas.

Ressaltamos que, embora muitos professores se posicionem contra a BNCC, a maioria dos entrevistados compreende a necessidade de se discutir sobre ela nas disciplinas, pois tem sido uma demanda das escolas públicas e isso é cobrado nos próprios estágios supervisionados, como cita a professora A:

Por isso, que eu acho que até nos estágios algumas coisas precisam ser reformuladas, porque ai é o papel da BNCC, porque mesmo ela vindo de cima para baixo, a gente pode dar nossas rotas de fuga, como diz os autores, né, para poder ressignificar lá na prática, e ai precisa disso na formação inicial, a gente precisa deixar isso claro para os alunos.





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

Nesse aspecto, questionamos a compreensão dos professores sobre a formação inicial, com o fim de inferir no entendimento e a forma como pensam sobre as políticas educacionais e a BNCC, sobretudo, relacionando com a formação dos sujeitos no Curso de Pedagogia.

Então, é super complexo, inclusive eu tô escrevendo sobre isso, né! Mas essa formação inicial, ela é a formação que vai fazer com que esse jovem, futuro professor, ou não jovem e tal, mas assim esse futuro professor, ele compreenda de assuntos básicos do funcionamento das práticas educativas, né?... essa formação inicial, ela vai ter que dar pra ele, pra esse sujeito, né! Noções não, compreensões, formas de aprender, né! compreensão de aprendizagem, compreensão de mediação do ensino, compreensão dessa mediação de ensino em áreas de conhecimento, compreensão da gestão da escola como um todo, então ele vai ter que dar o conhecimento básico para ele compreender, né! Como é que ele constrói, promove essa prática Educativa, porque chegando na escola, ele pode ser o diretor, ele pode ser coordenador, porque o pedagogo, ele assume esses papéis, então assim essa formação inicial ele tem que dar o conhecimento básico, né! Não é que tenha que dar, mas tem que proporcionar que ele possa construir um conhecimento básico de compreensão, entendeu? De como é que funciona a prática educativa e a prática educativa não é só ensinar a prática educativa ela requer gestão, ela requer reformulação de currículo, ela requer compreensão dos aspectos didáticos, entendeu? (Professora G).

Segundo a professora, são as noções básicas que esse pedagogo precisa adquirir no curso para fazer seu trabalho. Ressaltamos que a BNCC, ao nortear as matrizes curriculares





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

escolares, orienta a formulação do Projeto Pedagógico dos cursos de licenciatura da UFPB, o que amplia bem mais sua articulação. Nesse sentido, é de suma importância analisá-la, uma vez que baseará todas as propostas curriculares. A narrativa ainda nos apresenta a necessidade de uma ação educativa que não se limite à sala de aula, tendo em vista a ampla atuação do pedagogo. Essa formação inicial precisa ofertar os conhecimentos básicos para o direcionamento dessa função.

Por outro lado, encontram-se outros professores que concebem essa formação inicial a partir do viés da pesquisa. Demo (apud LUDKE, 2004) “advoga que a pesquisa é o princípio científico e educativo, e Ludke (2004) defende o acordo entre a pesquisa, a prática docente e a formação docente”. É a partir dessa ideia de pesquisa como parte da formação docente que a professora faz esta colocação:

Eu acredito que essa formação Inicial é uma coisa que a gente discutir inclusive a gente discute... Então eu acho que a gente tem que deixar esse aluno, graduando em pedagogia consciente do seu papel de professor pesquisador, né, ter a pesquisa como princípio educativo, não é? não fugir da relação teoria e prática, num é? uma prática pensada, né, a luz de uma teoria estudada nos diferentes componentes, eu acho que, uma coisa que os cursos de pedagogia precisam fazer, né, principalmente nos fundamentos, né, ao chegar aqui fazer com que os alunos compreendam que esses componentes, né, aqueles teórico, aqueles estudiosos ajudam a compreender a





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

prática pedagógica, não é? e não são coisas isoladas, então isso eu acho que é uma necessidade no curso de licenciatura, na graduação. (Professora H).

Outro ponto forte nessa fala é a relação entre teoria e prática e a compreensão que esses acadêmicos precisam ter sobre a teoria estudada e sua complexidade na prática pedagógica, que são indissociáveis.

Então, não existe prática sem o embasamento teórico sobre determinado assunto. A prática seria basicamente a aplicação do conhecimento teórico adquirido sobre determinado objeto. A teoria e a prática não se dissociam no contexto. Saviani (2005, p. 107) assevera que,

quando entendermos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente, e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e que proponha as formas da transformação, estaremos pensando na prática a partir da teoria.

Saviani (2005) evidencia que a teoria não se desvincula da prática nem o inverso acontece, ambas caminham lado a lado. Assim, se tratando das teorias pedagógicas que





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

sustentam a ação docente, podemos evidenciar seu percurso formativo para transformar a prática, se utilizarmos como exemplo um professor em sala de aula que não divide suas aulas em um momento teórico e outro prático, mas ambas as formas ao mesmo tempo.

De fato, a maioria dos professores entrevistados compreende que essa formação inicial, além de essencial, é incompleta, o início, o primeiro passo para se construir uma profissionalização, como mostra esta fala:

Eu sempre digo aos meus estudantes que a formação inicial é o primeiro degrau, não é ali que o futuro professor tem que estacionar, a formação inicial existe, é necessária, mas ela não deve ser um fim em si mesma, a partir do momento que o professor quer uma profissionalização mais completa, mais realista, ele precisa buscar uma formação continuada que dê até mais estrutura a sua formação inicial, é necessária, mas não é tudo, mais do que nunca a gente precisa dos nossos professores que estão aí já em efetivo exercício, ou aqueles que entram por um ou outro motivo na área da educação tem sua formação inicial, mas não ser a única formação, apenas o começo de tudo (Professora C).

A Professora C, ao expressar sua visão sobre a relevância de uma formação continuada, parte da ideia de que o professor necessita estar em constante atualização e busca por conhecimentos que possibilitarão estruturar sua formação inicial. Assim, tendo em vista que, muitas vezes, os cursos de formação inicial não são suficientes para suprir determinadas





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

necessidades, é que surgem essas formações e o desejo de compreender ou de se aprofundar em áreas em que os profissionais ainda se sentem despreparados para atuar ou têm pouca experiência.

A compreensão sobre formação inicial tanto dos professores quanto dos acadêmicos está em consonância, já que eles compreendem e definem essa formação que é recebida nos cursos de graduação como incompleta, como apenas o início de uma profissionalização.

A ideia de discutir sobre o entendimento de formação inicial parte do nosso debate acerca das políticas educacionais e de como o curso vem se articulando nesse sentido, ou seja, se os componentes curriculares dialogam com as políticas educacionais. Evidenciamos, com base nas narrativas dos acadêmicos, que o diálogo relacionado às políticas educacionais ainda é, segundo eles “superficial”: “na verdade, o único que a gente viu... assim mais afundo foi à disciplina de currículo... e políticas a gente viu bem superficial também, aí nas outras disciplinas citam, mas não é estudado afundo mesmo, de fato essas políticas” (Acadêmico B).

Sim, alguns. Muito teórica, mas tem que ser, no caso de políticas, né! Mais é bastante teoria, mas a gente nunca se aprofunda nessa questão, é uma coisa muito pra embasar certos temas. Ah, vamos discutir isso, porque em tal política diz que isso, isso e isso, mas não é nada... não vou dizer que não é pra formação, mas não é nada muito explícito que é necessário, a gente não tem muita discussão (Acadêmico A).





Adriège Rodrigues
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Anne Karoline Cantalice Sena
André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

A falta de discussão sobre os temas que envolvem as políticas educacionais, como referido pelos acadêmicos entrevistados, ocasiona uma carência de entendimento acerca de como essas políticas são construídas, até a sua efetivação, uma compreensão geral das políticas que direcionam a educação, de modo que consigam relacionar o contexto de sua criação com a forma como chegam às escolas. É nessa perspectiva em que Ball (2014) traça os influenciadores das políticas educacionais e como essa relação se estabelece.

Os professores precisam compreender as intencionalidades e o jogo de poder nas políticas educacionais, para que possam discernir as propostas políticas e ressignificar sua prática, partindo do entendimento de que uma política como a BNCC é construída de forma generalizada, sem considerar a diversidade, a cultura local e as necessidades de cada espaço. Portanto, os professores ficam responsáveis por fazer esse tipo de relação.

No terreno político, as propostas são sempre marcadas por articulações entre uma pluralidade de demandas, e as que envolvem o campo educacional não se diferenciam. Desde 1988, essas propostas são articuladas por micropolíticas que não abrangem com firmeza os contextos educacionais, portanto não propiciam as adequações necessárias para o





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

desenvolvimento ativo dos alunos. Assim, é preciso analisar “o desenvolvimento, a formação e a realização dessas políticas do contexto de influência até práticas e efeitos, passando pelo contexto de produção do texto político” (BALL, 2006, p.21).

Os motivos de se criarem políticas educacionais vão muito além do espaço escolar, ao envolver o “Contexto da Influência” (BALL, 2012) e o “Contexto dos Resultados” (BALL, 2012), movendo os pedagogos a recontextualizarem os elementos que precisam ser colocados na matriz curricular que favoreçam sua prática pedagógica. Com a criação da BNCC, essa adequação tornou-se bem mais difícil de ser executada, porque é baseada em propostas que não se coadunam com as realidades dos espaços escolares.

Assim, compreendemos que é preciso haver mais diálogos nos cursos de formação inicial de professores sobre a BNCC e os contextos atuais que perpassam nossa educação, perguntamos aos professores se o Curso de Pedagogia do CCHSA vem promovendo discussões a respeito da BNCC e de que forma isso vem ocorrendo. A esse respeito, obtivemos uma resposta singular:

Não, pelo menos... assim, como eu cheguei em janeiro, eu não posso dizer se tem ou se não tem, mas assim, a gente acaba sabendo que existia muito na reflexão com a professora Ana Cláudia e com outros professores eu acho que acontecia é tanto que eu vi aqui no CAVN, é tanto que a professora Nathália Egito foi chamada esse ano





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

ou foi ano passado para discutir a BNCC, né. Eu vi isso pelo site, mas nas minhas disciplinas eu procuro trabalhar, até quando não é currículo, porque todas têm a ver, já trabalhei com EJA, tô trabalhando com avaliação, eu sempre procuro fazer essas reflexões puxando “olha, isso aqui é currículo”, que eles aprendam com que eles vão trabalhar, procuro sempre fazer isso e aqui no curso eu acredito considerando esses olhares no site, que eu percebi quando entrei aqui que havia uma discussão, e vai haver um evento agora de pedagogia, no mês de setembro e um dos grupos de trabalho vai ser políticas curriculares e avaliação, e ai já tem um GT sobre isso (Professora A).

Outros professores também citaram que os debates sobre a BNCC ocorriam com mais frequência com a professora anterior, que ministrava a disciplina ‘Currículo’ no curso e foi transferida para outro Campus. A partir do que diz a professora, ela tenta estabelecer esse diálogo mais frequente nas disciplinas que leciona, para suprir a falta de debates acerca dessa política.

Esse contato dos acadêmicos com a BNCC possibilita uma compreensão efetiva da proposta, afinal, na Academia, conseguem dialogar, de forma mais detalhada, sobre os contextos que a cercam, tendo em vista que não será preciso implementá-la de forma tão acelerada, como vem sendo na educação básica, levando os professores a uma mera tradução e aplicação do que o documento vem propor.





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

Nos cursos de formação inicial, esse contato com o documento pode ocorrer de várias formas: de acordo com o que pensam sobre o documento e com a forma como ele gestado; da maneira que vem sendo implementado nas escolas; na própria ideia de formação continuada dos professores para efetivar a BNCC; sendo caracterizado como uma discussão crítica, tendo-se olhares diversificados sobre a mesma política.

Outros professores ressaltam a formação ofertada pelo Programa Residência Pedagógica, afirmando que ele dialoga diretamente com a BNCC, por ser uma exigência da própria escola que recebe esses residentes.

Eu acho que sim, né? Poderia até ser, acontecer em mais disciplinas, mas eu vejo que é algo quase garantido nas disciplinas de avaliação, de currículo, estágio, de planejamento, política educacional, então eu acho que essas disciplinas, elas têm trabalhado, né, em alguma unidade a BNCC, porque é objeto de investigação do próprio componente, ou seja, é o que tá regendo hoje no país em relação a educação básica, então, eu acredito que sim. Eu não me lembro de ter realizado algo no curso, de ter participado aqui de um evento diretamente relacionado a isso, agora eu vejo que o pessoal da residência pedagógica, do programa, né? do residência pedagógica, vejo que eles discutem muito, fazem estudo com os alunos, com as residentes sobre isso, porque eles estão diretamente no chão da escola, né, então se a escola também aqui em Bananeiras está requerendo essa inclusão ainda que de forma muito superficial, mas estão inseridos no cotidiano da escola os residentes precisam se integrar dessa temática, né, então eu vejo que os professores envolvidos com o





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

residência pedagógica, inclusive aplicado na área, né, a partir das experiências de residência (Professora H).

Uma parte dos acadêmicos entrevistados faz parte do programa citado pela professora, segundo cujos relatos a Residência Pedagógica exige de todos que os planos de aula estejam organizados conforme a BNCC e que a formação foi realizada pela coordenadora do programa. Então, esse contato com o documento vem sendo necessário para que esses acadêmicos consigam realizar um trabalho que ressignifique sua prática, dialogando de maneira crítica com essa política.

É importante ressaltar que um dos objetivos do Programa Residência Pedagógica é de “promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, deixando em evidência que os IES não ficarão ausentes dessas reformas referentes ao novo cenário educacional. É possível que haja um processo de resistência, por não acharem necessária essa reformulação ou será simplesmente repassada de maneira instrumental, ou seja, o que está posto no texto político. Por outro lado, pode ocorrer um processo de compreensão e interpretação antes do trabalho efetivo com ela. Alguns professores





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

entrevistados afirmaram que não há necessidade de se reformular um currículo para atender a uma política que acabou de ser aprovada.

Olha, eu não sei que mudanças a partir do documento vai precisar fazer, a partir do documento na área de educação infantil eu não sei por que eu não vejo a necessidade de se atender ao documento, então, por isso que agora enquanto curso, como eu já disse antes, é necessária fazer algumas mudanças para atender, por exemplo, as ementas dos fundamentos elas precisam estar mais relacionada com a própria pedagogia, você tá entendendo? Eu acho que o problema maior daquelas ementas, né?... então, assim, isso está sendo retomado também, então eu penso que o curso, eu volto a dizer, ele precisa ter uma reforma pra atender a ele mesmo, e não a BNCC, eu acho inclusive que nós deveríamos resistir enquanto instituição formadora a atender a esse documento, entendeu? E podemos dizer que nós temos diretrizes da Educação Básica que já orientam a gente pensar a formação daqueles que vão dar aula na educação básica. A BNCC meio que atrofia os processos pra mim (Professora G).

Como havíamos salientando, nos cursos de formação de professores, esse processo pode enfrentar um forte movimento de resistência. Em sua narrativa, a Professora G justifica que já temos diretrizes para a educação básica que orientam essa formação e que a BNCC é um retrocesso quando comparada com essas diretrizes. Para muitos estudiosos, “o processo de elaboração e aprovação da BNCC está longe de ser um exemplo de gestão democrática





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

na formulação de política pública educacional tão importante para o desenvolvimento da educação em nosso país” (MENDONÇA, 2018, p. 34).

Assim, o que a professora expõe, comunga com o pensamento de teóricos como Mendonça, que afirma que é o momento de resistir, tendo em vista que,

em se tratando de impactos sobre a organização do trabalho pedagógico, ainda que a BNCC deva ser respeitada, os sistemas de ensino continuam a gozar de autonomia na elaboração de suas propostas pedagógicas e as escolas, em obediência ao que determina explicitamente o artigo 14 da LDB, devem elaborar seus projetos políticos pedagógicos (PPP) com a participação dos profissionais da educação. (MENDONÇA, 2018, p.37).

Ressalte-se, contudo, que a escola tem total autonomia, assim como os cursos de licenciatura, para decidir qual rumo desejam tomar e que perfil de sujeito visam formar, de acordo com o contexto situado de cada instituição.

Para a ANFOPE e o Fórum Nacional de Educação e também no Seminário da Educação (FORUMDIR), repete-se a falta de uma “postura democrática, expressa nas propostas apresentadas pelo MEC nos últimos anos”, isso se justifica, “pois não estabelece qualquer diálogo com as instituições formadoras, em especial, com as faculdades de





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

educação das Universidades públicas e com os programas de pós-graduação em educação” (ANFOPE, 2018). Essa assertiva nos leva novamente à ideia de imposição.

Essa prática, cada vez mais comum, de imposição de propostas curriculares desvinculadas das demandas formativas de estudantes e professores e da realidade concreta da escola pública brasileira desconsidera a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, os avanços do conhecimento no campo educacional e a autonomia universitária corporificada nos seus projetos de formação e não estabelece o necessário diálogo com os principais atores da formação de professores, os professores e estudantes tanto dos cursos de licenciatura, dentre os quais se destaca a pedagogia, quanto da escola básica a que esta formação se destina (ANFOPE, 2018).

Essa é mais uma política criada de forma arbitrária e de caráter impositivo, considerando que apesar de ter havido um espaço “democrático” na construção do documento, na última versão aprovada e homologada, pouco se viu as contribuições dos professores, universidades, entidades e escolas, deixando em evidência as influências que determinados grupos vêm exercendo sobre nossas políticas. Esse olhar sobre a formação de professores, no atual contexto sociopolítico brasileiro, requer muito mais do que momentos históricos, é necessário se pensar no contexto político de grandes ataques à educação brasileira e, com mais enfoque, à comunidade científica.





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

Embora essa preocupação com a formação docente não seja recente no cenário brasileiro, não tem como não ser atingida diante de uma reforma curricular, e o enfoque na formação de professores é justamente para responder as competências presentes na BNCC.

Nos dias de hoje, essa preocupação se pauta nos retrocessos que vivenciamos, sobretudo a partir do impeachment de Dilma Rousseff. Em que medidas passaram a ser tomadas de forma centralizadas e sem a participação mais ampla da sociedade civil e organizada. “Além disso, passaram a ser permeadas por concepções privatistas, desconsiderando os acúmulos produzidos pelas entidades e instituições do campo educacional comprometidas com a educação pública de qualidade socialmente referenciada” (DOURADO; OLIVEIRA, 2018 p. 38).

Essa ideia de recriar a política, de aproximá-la do contexto e de criar mecanismos que dialoguem com o perfil dos sujeitos aos quais se direciona é fundamental para construir uma educação pautada de fato na equidade. Quando a professora ressalta a necessidade de um debate mais crítico sobre o documento, é justamente nesse sentido, de forma que os professores em formação consigam compreender os mecanismos que envolvem essa política, e não, simplesmente, implementá-la.

Assim, perguntamos aos acadêmicos como eles avaliam a formação que vêm





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

recebendo no Curso de Pedagogia, no que se refere aos estudos que giram em torno das políticas educacionais. Vejamos uma das respostas:

Eu acho que não, eu acho que o curso de pedagogia aqui no campus tem muitos buracos, porque eu acho que muitas vezes se tomam tão repetitivas as coisas que são trabalhadas que se deixa de trabalhar o que de fato é importante. Muitas vezes a gente ouve falar de BNCC de políticas para certas áreas, mas a gente não estuda afundo essas políticas, muitas vezes a gente vai fazer uma prova, um concurso que cita essas leis e a gente não conhece essas leis, então acho que o curso deveria se aprofundar mais nisso. Eu acho que também falta muita questão articular esse documento com essa prática que o curso não faz geralmente essa articulação (Acadêmico B).

A grande crítica feita pela acadêmica, além da falta de debates, é justamente o fato de alguns assuntos importantes não serem discutidos com profundidade. No caso dessa política, existe um movimento de resistência entre alguns professores, e outros que simplesmente apenas citam em sala de aula. Ainda nesse contexto, é de fundamental importância refletir sobre o papel do educador, que é de aproximar os alunos dos conhecimentos e levá-los a questionar sobre ele, na busca por compreensão.

De forma resumida, nas entrevistas, os professores e acadêmicos do Curso de Pedagogia apontaram que é necessário reformar o currículo do curso, porque está





Adriege Rodrigues
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Anne Karoline Cantalice Sena
André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

desatualizado, e traçar um perfil para esse profissional que está sendo formado por meio dele. Os pontos que mais se repetem sobre essa reformulação envolvem a modificação de algumas disciplinas e ementas, de acordo com as necessidades atuais da sociedade, incluindo um trabalho mais efetivo com as políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar o objetivo da nossa pesquisa, qual seria analisar os desafios e as possibilidades acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na formação inicial de professores. Observamos que existem muitos desafios, pois são poucos os espaços de discussão sobre a política curricular.

A base norteia os currículos das escolas, e que isso implica diretamente na prática pedagógica do professor, nesse caso em específico irá implicar na prática pedagógica desses professores em formação, e que a ausência de debates e reflexões a respeito da BNCC no curso de pedagogia ocasiona fragilidades na formação inicial deles.





Adriège Rodrigues
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Anne Karoline Cantalice Sena
André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

A BNCC encaminha a formação inicial de professores para uma compreensão da política, neste caso, com mais efetividade. Os acadêmicos em formação teriam a oportunidade de relacionar essa política à da LDB 9394/96 ou às próprias diretrizes educacionais.

Todas essas questões impactam diretamente na organização e na materialização dos cursos de licenciatura, destinados à formação de professores, pois é uma discussão política ligada ao seu campo de atuação. Assim, a BNCC indica esses novos direcionamentos, como a organização curricular, o próprio debate nos cursos e a utilização do material como uma política a ser implementada.

Contudo, os professores formadores exercerão um papel importantíssimo e poderão ir muito além do trabalho com política, exercendo a função de mediadores e direcionando uma leitura crítica do documento, levando em consideração todos os contextos que a envolvem.

Apesar das limitações das análises aqui construídas e por se tratar de um estudo de caso que aborda o posicionamento de uma instituição educacional em específico e não representa, necessariamente, um pronunciamento universal de instituições, ressaltamos a importância de promover essas reflexões e problematizações a partir dessas situações concretas, a fim de intensificar os debates sobre as questões de políticas curriculares e formação de professores, de estabelecer fissuras, de colocar em xeque a ausência de discussão





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

e de aprofundamento teórico e prático no que se refere às discussões em torno das políticas educacionais na formação inicial de professores. Desse modo, acreditamos que as questões aqui suscitadas podem servir para outras discussões mais profundas sobre o referendo debate.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A. A. de; SILVA, J. F. da; LINS, C. P. A. Movimento Curricular para a prática docente de estudantes-professores em formação. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, DF, n.46, p. 645-664, set./dez. 2015.

ANPED. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Especial **Conquistas em Risco**. Boletim a. 5, n. 20, maio/2015.

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. **Repúdio ao processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC e a sua implementação**. BRASÍLIA (DF), 11 de setembro de 2018.

BALL, S. J. **Global Education Inc.:** new policy networks and the neo-liberal imaginary. London: Routledge; New York: Taylor & Francis Group, 2012.

BALL, S. J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.





Adriège Rodrigues
 Ana Cláudia da Silva Rodrigues
 Anne Karoline Cantalice Sena
 André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

BALL, S. J. Some reflections on policy theory: a brief response to Hatcher and Troyna. **Journal of Education Policy**, London, v. 9, n. 2, p. 1- 29. 1994.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, S. J.; J. MAGUIRE, M.; BRAUN, An. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação - PNE**, 2014.

BRASIL. Lei Federal N°9394 de 20 de dezembro. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Organização: Márcia Ângela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. P. 38- 43– Recife: ANPAE, 2018.

LIMA, T. S. de. **Formação de professores/as: uma análise da formação continuada a partir da proposta de formação permanente de educadores/ as em Paulo Freire**. 144f. Dissertação





Adriège Rodrigues
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Anne Karoline Cantalice Sena
André Vidal Valle Machado da Silva
Universidade Federal da Paraíba

(Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação. João Pessoa/PB, 2015.

SANTOS, Luciano dos; SILVA, Robson José de Moura. **Implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Superior:** entre impasses e contextos. Revista Educação Pública, v. 19, nº 31, 26 de novembro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/31/implicacoes-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-superior-entre-impasses-e-contextos>. Acesso em: 01 de maio de 2022.

Recebido em: 11/08/2023
Aprovado em: 20/08/2023



| João Pessoa-PB | v. 8 | p. 1-35, Jan./Dez., 2023.
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.